



**EMPRESA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO E
DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO CONCELHO DE
BELMONTE, E.M.**

**RELATÓRIO DE GESTÃO & DOCUMENTOS DE
PRESTAÇÃO DE CONTAS
ANO DE 2016**

- **RELATÓRIO DE GESTÃO**
- **BALANÇO**
- **DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS**
- **DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO**
- **DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**
- **ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

BELMONTE
Março de 2017



Relatório de Gestão da EMPDS BELMONTE, E.M.

EXERCÍCIO DE 2016

I- CONSIDERAÇÕES GERAIS

Conforme determina o artigo 20º dos Estatutos, o Conselho de Administração vem apresentar o Relatório de Gestão acompanhado pelos seguintes documentos de prestação de contas relativos ao ano de 2016: Balanço; Demonstração de Resultados; Demonstração das Alterações do Capital Próprio; Demonstração dos Fluxos de Caixa; Anexo às Demonstrações Financeiras.

Este documento tem como objetivo evidenciar a atividade desenvolvida ao longo do ano de 2016, no que respeita à gestão, pondo em evidência os resultados e as ações consideradas mais relevantes.

A estratégia de gestão pautou-se por grande rigor numa perspetiva de sustentabilidade e acima de tudo pela qualidade.

A Empresa Municipal de Promoção e Desenvolvimento Social do Concelho de Belmonte tem cumprido os objetivos a que se tem proposto. Os espaços museológicos, a sua valorização patrimonial e histórica com diversos eventos, com a adaptação para fins turísticos, em conjunto com a importância estratégica da oferta turística na região, suporte e alavanca do tão desejado dinamismo, tem provocado um aumento de investimentos, tanto em alojamento, como em hotelaria e animação turística, diversos protocolos com entidades, diversos colóquios e comissões de análise e estudo sobre o turismo, e dar a conhecer cada vez mais o nosso concelho, quer a nível nacional quer a nível internacional.



Apesar dos condicionamento impostos pela situação económica-financeira, quer nacionais, quer internacionais, esta administração tem como objetivo prosseguir uma gestão permitindo assim a sua sustentabilidade económica – financeira, o esforço de racionalização dos recursos disponíveis, uma gestão rigorosa dentro dos resultados previsionais previstos - com atenção prioritária à contenção de custos, a fim de atingir as metas a que se tem proposto.

Neste sentido, os desafios que a empresa enfrenta serão de grande amplitude e exigência, pelo que devem constituir um estímulo e uma oportunidade para que se continue a aumentar e desenvolver um turismo / cultura de empenho e de rigor. Estamos preparados para enfrentar as dificuldades e os imprevistos, tentando da melhor forma contornar os obstáculos.

Neste sentido expressamos os nossos agradecimentos a todos os que manifestaram confiança e preferência, em particular à população, aos clientes, fornecedores, porque a eles se deve o crescimento e desenvolvimento da nossa atividade.

Aos nossos colaboradores deixamos uma mensagem de apreço pelo seu profissionalismo e empenho.

**II- A EXECUÇÃO ORÇAMENTAL**

O ano de 2016 constituiu o décimo segundo ano de actividade da EMPDS BELMONTE, E.M.. Seguidamente apresentam-se as principais diferenças entre as previsões para 2016, o realizado em 2016 bem como o comparativo com o realizado em 2015:

Descrição	Previsto	Realizado	Realizado
	2016	2016	2015
Custo das Mercadorias Vendidas	35.000,00	37.576,99	28.760,14
Fornecim. e Serv. Externos	107.850,00	26.545,05	39.551,03
Gastos c/ o Pessoal	168.650,00	177.578,37	168.577,13
Gastos de Depreciação e de Amortização	2.625,00	217,23	855,24
Outros Gastos	0,00	5.254,59	155,00
Gastos de Financiamento	0,00	58,13	37,11
Total dos Gastos	314.125,00	247.230,36	237.935,65
Vendas e Serviços Prestados	278.000,00	207.094,50	171.138,45
Subsídios à Exploração	35.000,00	46.120,52	39.997,72
Outros Rendimentos e Ganhos	2.500,00	4.168,60	3.439,01
Juros, Dividendos e Outros Rendimentos	0,00	7,15	9,17
Total dos rendimentos	315.500,00	257.390,77	214.584,35
Imposto	0,00	75,76	0,00
Resultado Líquido do exercício	1.375,00	10.084,65	-23.351,30

As diferenças relevantes que se verificaram foram:

- No total dos gastos verificou-se uma diminuição de 66.894,64 euros em relação ao previsto no orçamento para 2016, correspondendo a



menos 21,3%. Comparativamente a 2015 verifica-se um aumento de 3,9% nos gastos da EMPDS.

- A diminuição dos gastos tem fundamentalmente a ver com a diminuição dos fornecimentos e serviços externos (-75% que o previsto), motivados pela concretização de algumas atividades, diretamente pelo Município de Belmonte, mas incluídas no plano de atividades da EMPDS.
- Nas vendas e prestações de serviços constata-se que relativamente às previsões efetuadas para 2016 o valor verificado foi inferior em 25,5% ao orçamentado. Comparando com 2015, as vendas e prestações de serviços realizadas aumentaram 21%.
- Ainda nos rendimentos, verifica-se que os Subsídios à Exploração aumentaram 31,8% em relação ao orçamentado para 2016, devido à imputação de subsídios do IEFP referentes a um estágio emprego não previsto. Também em relação a 2015 se verificou um aumento de 15,3%.
- No total dos rendimentos verificou-se uma diminuição de 58.109,23 euros em relação ao previsto no orçamento para 2016, correspondendo a menos 18,4%. Comparativamente a 2015 verifica-se um aumento de 19,9% nos rendimentos da EMPDS.

III- ANÁLISE DA SITUAÇÃO FINANCEIRA

Relativamente à situação financeira constata-se uma assinalável melhoria, uma vez que o rácio de autonomia financeira passou de 18% em 2015 para 47 % em 2016.

A liquidez da empresa também foi superior relativamente ao ano anterior, tendo o rácio de liquidez geral passado de 1,2 em 2015 para 1,9 em 2016, melhorando a capacidade da EMPDS para pagar os seus compromissos de curto prazo.



IV- ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICA

Pela análise da Demonstração de Resultados verifica-se que os Resultados Líquidos da EMPDS BELMONTE, E.M. tiveram a seguinte evolução:

(Unid.: Euros)

RESULTADOS	2014	2015	2016
Resultado líquido do período	14.357,17	-23.351,30	10.084,65

Os resultados em 2016 evidenciam um acréscimo significativo relativamente a 2015.

Relativamente, à estrutura de Gastos ela é a seguinte em relação às principais rubricas: Gastos com o Pessoal (71,8%), Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas (15,2%) e Fornecimentos e Serviços Externos (10,7%).

Em relação à estrutura de Rendimentos ela é a seguinte também em relação às principais rubricas: Prestações de Serviços (59,7%), Vendas (20,8%) e Subsídios à exploração (17,9%).

V- PLANO DE INVESTIMENTO E EXECUÇÃO ANUAL

Nos Instrumentos de Gestão Previsional para 2016 estavam previstos investimentos em Equipamento Administrativo no valor de 2.000,00 € e em Equipamento de Transporte no valor de 7.500,00 €. No entanto, apenas foi concretizado um investimento de 89,40 € em Equipamento Administrativo.

VI - OUTRAS INFORMAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

De acordo com o Código das Sociedades Comerciais confirma-se:

a) Não haver ocorrido após o termo do exercício factos relevantes com reflexo direto ou indireto sobre as contas do exercício de 2016 (artº66, nº5 b)

EMPDS BELMONTE, E.M.
Balço em 31 de Dezembro de 2016

Unidade Monetária: EURO

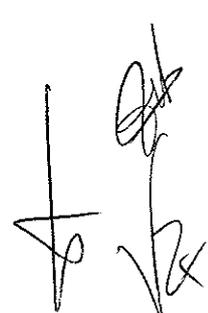
RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2016	2015
ATIVO			
ATIVO NÃO CORRENTE			
Ativos fixos tangíveis	6, 23	336,68	464,51
Ativos intangíveis	7, 23	0,00	0,00
		336,68	464,51
ATIVO CORRENTE			
Inventários	8	43 187,66	48.629,00
Clientes	9	5 465,08	5.250,22
Estado e outros entes públicos	10	7 343,64	6.295,15
Outros créditos a receber	11	29 408,46	18.530,94
Diferimentos		82,10	42,59
Caixa e depósitos bancários	4, 12	18 233,51	7.845,00
		103 720,45	86.592,90
TOTAL DO ATIVO		104 057,13	87.057,41
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital subscrito	13	5 000,00	5.000,00
Resultados transitados	13	33 846,97	33.846,97
Outras variações no capital próprio	13	0,00	0,00
		38 846,97	38.846,97
Resultado líquido do período	13	10 084,65	-23.351,30
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO		48 931,62	15.495,67
PASSIVO			
PASSIVO CORRENTE			
Fornecedores	14	23 979,45	43.456,77
Estado e outros entes públicos	15	6 713,40	6.101,42
Outros passivos correntes	16	24 432,66	22.003,55
		55.125,51	71.561,74
TOTAL DO PASSIVO		55.125,51	71.561,74
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO		104.057,13	87.057,41



EMPDS BELMONTE, E.M.
Demonstração dos Resultados por Naturezas
para o período findo em 31 de Dezembro de 2016

Unidade Monetária:
 EURO

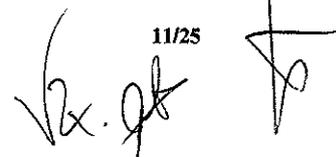
RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2016	2015
Vendas e serviços prestados	17	207 094,50	171.138,45
Subsídios à exploração	18	46 120,52	39.997,72
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	8	-37 576,99	-28.760,14
Fornecimentos e serviços externos	19	-26 545,05	-39.551,03
Gastos com o pessoal	20	-177 578,37	-168.577,13
Outros rendimentos	21	4 168,60	3.439,01
Outros gastos	22	-5 312,72	-192,11
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		10 370,49	-22.505,23
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	23	-217,23	-855,24
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		10 153,26	-23.360,47
Juros e rendimentos similares obtidos	24	7,15	9,17
Resultado antes de impostos		10 160,41	-23.351,30
Imposto sobre o rendimento do período		-75,76	0
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO		10 084,65	-23.351,30



EMPDS BELMONTE, E.M.
Demonstração de Fluxos de Caixa
para o período findo em 31 de Dezembro de 2016

Unidade Monetária: EURO

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2016	2015
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS			
Recebimentos de clientes		206.879,64	168.804,99
Pagamentos a fornecedores		-77.785,54	-51.464,84
Pagamentos ao pessoal		-177.578,37	-168.577,13
Caixa gerada pelas operações		-48.484,27	-51.236,98
Pagamentos/Recebimentos do imposto sobre o rendimento		0,00	0,00
Outros recebimentos / pagamentos		35.572,46	32.900,68
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS (1)		-12.911,81	-18.336,30
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO			
PAGAMENTOS RESPEITANTES A:			
Ativos fixos tangíveis		0,00	0,00
Ativos intangíveis		0,00	0,00
RECEBIMENTOS PROVENIENTES DE:			
Subsídios ao investimento		0,00	0,00
Juros e rendimentos similares		7,15	9,17
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO (2)		7,15	9,17
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
RECEBIMENTOS PROVENIENTES DE:			
Cobertura de prejuízos		23.351,30	14.909,51
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
PAGAMENTOS RESPEITANTES A:			
Juros e custos similares		-58,13	-37,11
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO (3)		23.293,17	14.872,40
Variações de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)		10.388,51	-3.454,73
Efeito das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período		7.845,00	11.299,73
Caixa e seus equivalentes no fim do período		18.233,51	7.845,00
Variações de caixa e seus equivalentes (Saldo final-Saldo inicial)		10.388,51	-3.454,73



ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS**PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 DA EMPDS BELMONTE, E.M.****1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE**

- 1.1. A Empresa Municipal de Promoção e Desenvolvimento Social do Concelho de Belmonte, E.M., adiante designada EMPDS Belmonte, EM, é uma Empresa Municipal constituída em 05/03/2004, é a pessoa coletiva n.º 506779360 e está inscrita na Conservatória do Registo Comercial de Belmonte sob o n.º 00001/040315.
- 1.2. Tem sede na Rua Pedro Alvares Cabral, n.º 88, freguesia e concelho de Belmonte.
- 1.3. Tem como atividade principal as Atividades dos Museus (CAE – 91020).
- 1.4. Empresa-mãe imediata: Município de Belmonte (detentora de 100% do capital da EMPDS Belmonte, EM).
- 1.5. Empresa-mãe final: Município de Belmonte (detentora de 100% do capital da EMPDS Belmonte, EM).

2. REFERENCIAL CONTABILISTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. As demonstrações financeiras apresentadas têm como referencial contabilístico o Sistema de Normalização Contabilística, tendo sido adotada a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Pequenas Entidades (NCRF-PE), de acordo com o Decreto-Lei n.º 98/2015 de 9 de março e o Aviso n.º 8259/2015 de 29 de Julho.

Sempre que o SNC não responda a aspetos particulares de transações ou a situações omissas são aplicadas supletivamente e pela ordem indicada, as Normas Internacionais de Contabilidade, adotadas ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho e as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) e as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e respetivas interpretações SIC-IFRIC.

2.2. Não houve disposições do SNC que tenham sido derogadas e portanto as demonstrações financeiras apresentam uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

2.3. Não existem contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior, nem houve ajustamentos em relação ao período anterior.



3. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

As principais políticas contabilísticas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão de acordo com as NCRF-PE e são as seguintes:

Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das respetivas amortizações e das perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado.

Ativos Fixos Tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição ou produção, deduzido das respetivas depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

Os custos subsequentes são incluídos na quantia escriturada do bem ou reconhecidos como ativos separados, conforme apropriado, somente quando for provável que benefícios económicos irão fluir para a empresa e o custo puder ser mensurado com fiabilidade.

Os dispêndios com reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis são registados como gasto do período em que são incorridos. Os dispêndios com inspeção e conservação dos ativos são registados como gasto.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos mínimos de vida útil previstos no Decreto Regulamentar nº25/2009 de 14 de Setembro.

As mais ou menos valias provenientes do abate ou alienação do ativo fixo tangível são determinadas pela diferença entre os preços de venda e a quantia líquida escriturada do ativo, e são reconhecidos como rendimentos ou gastos na demonstração de resultados.

Inventários

As mercadorias são valorizadas ao custo médio de aquisição, deduzido do valor dos descontos de quantidade concedidos pelos fornecedores, o qual é inferior ao respetivo valor de mercado.

Rédito

O rédito proveniente da venda de bens deve ser reconhecido quando i) a entidade tenha transferido para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens, ii) a entidade não mantenha envolvimento continuado de gestão nem o controlo efetivo dos bens vendidos, iii) a quantia



do rédito possa ser fiavelmente mensurada, iv) seja provável que os benefícios económicos associados com as transações fluam para a empresa, e v) os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados.

O rédito proveniente dos serviços prestados apenas é reconhecido quando i) a quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada, ii) seja provável que os benefícios económicos associados com as transações fluam para a empresa, iii) a fase de acabamento da transação à data do balanço possa ser fiavelmente mensurada, e iv) os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados.

O rédito é reconhecido líquido de impostos, descontos e outros custos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

Subsídios do Governo

Os subsídios do Governo, só são reconhecidos após haver segurança de que: i) a empresa cumprirá as condições a ele associadas e ii) os subsídios serão recebidos.

Os subsídios do Governo não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos nos capitais próprios e subsequentemente imputados numa base sistemática como rendimentos durante os períodos necessários para o balanceamento com os gastos relacionados que se pretende que compensem.

Os subsídios do Governo reembolsáveis são contabilizados como passivos.

Acontecimentos Após a Data do Balanço

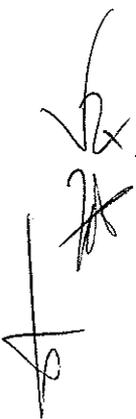
Acontecimentos após a data do balanço, favoráveis ou desfavoráveis, são os que ocorrem entre a data do balanço e a data em que as demonstrações financeiras são autorizadas para emissão, pelo órgão de gestão (data em que são disponibilizadas para conhecimento de terceiros).

Os acontecimentos que proporcionem prova de condições que existiam à data do balanço dão lugar ao reconhecimento de ajustamentos, os que surgirem após a data do balanço não dão origem a quaisquer ajustamentos.

Imposto Sobre o Rendimento

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis da entidade de acordo com as regras fiscais em vigor, enquanto o imposto diferido resulta das diferenças temporárias entre o montante dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico (quantia escriturada) e os respetivos montantes para efeitos de tributação (base fiscal).

Os impostos diferidos ativos e passivos são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação em vigor ou anunciadas para vigorar à data expectável da reversão das diferenças temporárias.



Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão.

No final de cada período é efetuada uma revisão desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis, exceto se esse passivo por impostos diferidos resultar das situações referidas no parágrafo 15 da NCRF 25.

Os impostos diferidos são registados como gasto ou rendimento do exercício, exceto se resultarem de valores registados diretamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado na mesma rubrica.

Instrumentos Financeiros

i) Clientes

Os serviços prestados são realizados em condições normais de crédito, e os correspondentes saldos de clientes não incluem juros debitados ao cliente. Quando o crédito apresenta um prazo superior ao das condições normais de crédito, as contas de clientes são mensuradas ao custo.

No final de cada período de relato são analisadas as contas de clientes de forma a avaliar se existe alguma evidência objetiva de que não são recuperáveis. Se assim for é de imediato reconhecida a respetiva perda por imparidade. As perdas por imparidade são registadas em sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, a entidade tem em consideração informação de mercado que demonstre que o cliente está em incumprimento das suas responsabilidades, bem como informação histórica dos saldos vencidos e não recebidos.

ii) Empréstimos e contas a pagar não correntes

Os empréstimos e as contas a pagar não correntes, utilizando uma das opções da NCRF 27, são registados no passivo pelo custo.

iii) Fornecedores e outras dívidas de/a terceiros

As dívidas a fornecedores ou de/a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

Benefícios dos Empregados

A empresa reconhece: i) um passivo quando os empregados tenham prestado serviços em troca de benefícios de empregados a serem pagos no futuro e ii) um gasto quando consumir o benefício económico proveniente dos serviços prestados pelos empregados.



Os benefícios dos empregados englobam: benefícios de curto prazo tais como salários, ordenados e contribuições para a segurança social.

Julgamentos e Estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras, a entidade adotou certos pressupostos e estimativas que afetam os ativos e passivos, rendimentos e gastos relatados. Todas as estimativas efetuadas pelo órgão de gestão foram efetuadas com base no seu melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras incluem: i) vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e intangíveis; ii) análises de imparidade, nomeadamente de contas a receber, e iii) provisões.

Apesar de as estimativas serem determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes, poderão sempre ocorrer situações, em períodos subsequentes, que não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas na demonstração de resultados de forma prospetiva.

4. FLUXOS DE CAIXA

Desagregação dos valores inscritos na rúbrica de caixa e depósitos bancários:

Caixa e Depósitos Bancários	31-12-2016	31-12-2015
Numerário	2088,96	1452,99
Depósitos à ordem	3328,62	6081,44
Outros depósitos bancários	12815,93	310,57
Total de Caixa e Depósitos bancários	18233,51	7845,00

A EMPDS Belmonte, EM, não tem saldos de caixa e seus equivalentes que não estejam disponíveis para uso imediato.

5. PARTES RELACIONADAS

5.1. A EMPDS Belmonte, EM integra-se no grupo do Município de Belmonte. Esta entidade é fornecedora de artigos promocionais que são vendidos nos museus geridos pela EMPDS Belmonte, EM, e no ano de 2016 esses fornecimentos ascenderam a 2661,40 euros. O valor em dívida da EMPDS Belmonte, EM ao Município de Belmonte relativamente a fornecimentos era de 18084,47 euros em 31/12/2015 e de 8943,96 euros em 31/12/2016. A EMPDS Belmonte, EM também realizou prestação de serviços ao Município de Belmonte no valor de 12606,95 euros e o valor do saldo a receber em 31/12/2016 era de 656,50 euros.



5.2. O Conselho de Administração da EMPDS Belmonte, EM, é composto atualmente por dois membros (um presidente e um vogal). As remunerações da Administração ascenderam a 26836,47 euros, correspondente às remunerações do Presidente do Conselho de Administração.

6. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

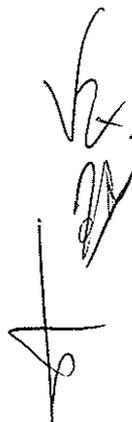
- a) A mensuração dos ativos fixos tangíveis é efetuada ao custo.
- b) Na depreciação dos ativos fixos tangíveis é utilizado o método da linha reta.
- c) A vida útil dos bens e as taxas de depreciação usadas respeitam o disposto no Decreto Regulamentar n.º 25/2009, de 14 de Setembro.
- d) Os movimentos ocorridos nos valores brutos e nas depreciações dos ativos fixos tangíveis foi o seguinte:

Valores brutos	31.12.2015	Adições	Diminuições	31.12.2016
Terrenos e recursos naturais	0	0	0	0
Edifícios e outras construções	0	0	0	0
Equipamento básico	18290,27	0	0	18290,27
Equipamento transporte	0	0	0	0
Equipamento administrativo	4406,18	89,40	0	4495,58
Outros ativos fixos tangíveis	6090,86	0	0	6090,86
	28.787,31	89,40	0	28876,71

Depreciações acumuladas	31.12.2015	Adições	Diminuições	31.12.2016
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	0	0	0	0
Equipamento básico	18290,27	0	0	18290,27
Equipamento transporte	0	0	0	0
Equipamento administrativo	3941,67	217,23	0	4158,90
Outros ativos fixos tangíveis	6090,86	0	0	6090,86
Perdas imparidade acumuladas	0	0	0	0
Total depreciações acumuladas	28322,80	217,23	0	28540,03

Quantia escritura	31.12.2015			31.12.2016
Total dos ativos fixos tangíveis	464,51	-	-	336,68

e) À data de 31 de Dezembro de 2016 não existem compromissos contratuais materialmente relevantes para aquisição de ativos fixos tangíveis.



7. ATIVOS INTANGÍVEIS

- a) A mensuração dos ativos intangíveis é efetuada ao custo.
- b) Na depreciação dos ativos intangíveis é utilizado o método da linha reta, com uma imputação duodecimal.
- c) A vida útil dos bens e as taxas de depreciação usadas respeitam o disposto no Decreto Regulamentar n.º 25/2009, de 14 de Setembro.
- d) Os movimentos ocorridos nos valores brutos e nas depreciações dos ativos intangíveis foi o seguinte:

Valores brutos	31.12.2015	Adições	Alienações	31.12.2016
Programas de computador	3135,14	0	0	3135,14
Total dos ativos intangíveis	3135,14	0	0	3135,14

Depreciações acumuladas	31.12.2015	Adições	Alienações	31.12.2016
Programas de computador	3135,14	0	0	3135,14
Total dos ativos intangíveis	3135,14	0	0	3135,14

Quantia escritura	31.12.2015			31.12.2016
Total dos ativos intangíveis	0	-	-	0

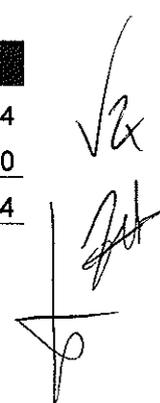
8. INVENTÁRIOS

A desagregação dos inventários e dos gastos no período é a seguinte:

Inventários	31-12-2016	31-12-2015
Mercadorias	43187,66	48629,00
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	0	0
Produtos acabados e intermédios	0	0
Produtos e trabalhos em curso	0	0
	<u>43187,66</u>	<u>48629,00</u>

Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas	31-12-2016	31-12-2015
Mercadorias	37576,99	28760,14
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	0	0
	<u>37576,99</u>	<u>28760,14</u>

As mercadorias são valorizadas ao custo.



9. CLIENTES

A decomposição dos clientes é a seguinte:

Clientes	31-12-2016	31-12-2015
Clientes gerais – mercado nacional	5465,08	5250,22
Clientes gerais – mercado intracomunitário	0	0
Clientes gerais – outros mercados	0	0
	<u>5465,08</u>	<u>5250,22</u>

A EMPDS Belmonte, EM, presta os seus serviços a empresas, instituições e consumidores finais.

Os serviços prestados são realizados em condições normais de crédito, e os correspondentes saldos de clientes não incluem juros debitados ao cliente.

10. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

A rubrica de Estado e outros entes públicos (Ativo) apresentava as seguintes quantias:

EOEP – Ativo	31-12-2016	31-12-2015
Imposto s/ rendimento	7343,64	6295,15
Retenção de imposto s/ rendimento	0	0
Imposto s/ valor acrescentado	0	0
Total de Estado e outros entes públicos	<u>7343,64</u>	<u>6295,15</u>

O saldo de Imposto sobre o rendimento diz respeito a pagamentos especiais por conta (PEC), no valor de 6833,76 euros e às retenções na fonte de rendimentos de capitais e prediais efetuadas por terceiros, no valor de 1,79 euros e 508,09 euros respetivamente.

11. OUTRAS CONTAS A RECEBER

Esta rubrica tem a desagregação seguinte:

Outras contas a receber	31-12-2016	31-12-2015
Fornecedores c/c	3158,46	3530,94
Pessoal (outras operações)	0	0
Devedores por acréscimos de rendimentos	<u>26250,00</u>	<u>15000,00</u>
	29408,46	18530,94



12. CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

Esta rubrica tem a decomposição seguinte:

Caixa e Depósitos Bancários	31-12-2016	31-12-2015
Caixa	2088,96	1452,99
Depósitos à ordem	3328,62	6081,44
Outros Depósitos bancários	12815,93	310,57
	<u>18233,51</u>	<u>7845,00</u>

Os depósitos à ordem correspondem a depósitos bancários imediatamente mobilizáveis.

13. CAPITAL PRÓPRIO

Explicitação e justificação dos movimentos ocorridos no exercício em cada uma das rubricas de capitais próprios, constantes do balanço:

Capital próprio	31-12-2016	31-12-2015
Capital	5000,00	5000,00
Prestações suplementares	0	0
Reservas legais	0	0
Outras reservas	0	0
Resultados transitados	33846,97	33846,97
Outras variações no capital próprio	0	0
Resultado líquido do exercício	10084,65	-23351,30
Total do Capital próprio	<u>48931,62</u>	<u>15495,67</u>

O capital social da empresa é de 5000 euros e encontra-se totalmente realizado. É detido a 100 % pelo Município de Belmonte.

O Código das Sociedades Comerciais estabelece que, pelo menos 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da entidade, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

Os resultados transitados não registaram variação em consequência de:

- a) Cobertura de prejuízos do ano anterior no valor de 23.351,30 euros.



14. FORNECEDORES

A rúbrica de fornecedores apresenta os saldos seguintes:

Fornecedores	31-12-2016	31-12-2015
Fornecedores c/c	23979,45	43456,77
Total de Fornecedores	23979,45	43456,77

A dívida a fornecedores c/c resulta do desenvolvimento da atividade operacional.

15. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

A rúbrica de Estado e outros entes públicos (Passivo) apresentava as seguintes quantias:

Descrição	31-12-2016	31-12-2015
Imposto s/ rendimento	75,76	0
Retenção de imposto s/ rendimento (IRS)	1042,00	1035,00
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	1546,47	1648,25
Contribuições p/ a segurança social	4049,17	3418,17
Total de Estado e outros entes públicos	6713,40	6101,42

As retenções de IRS e as contribuições para a Segurança Social, evidenciam as retenções/contribuições efetuadas no mês de Dezembro de 2016 e pagas em Janeiro de 2017 e o Imposto sobre o valor acrescentado diz respeito ao IVA a pagar apurado no 4º trimestre de 2016 e pago em Fevereiro de 2017.

16. OUTRAS CONTAS A PAGAR

Esta rúbrica tem a desagregação seguinte:

Descrição	31-12-2016	31-12-2015
Remunerações a pagar ao pessoal	0	0
Outras operações com o pessoal	0	0
Fornecedores de investimentos	0	0
Credores por acréscimos de gastos	24364,66	22003,55
Passivos por impostos diferidos	0	0
Outros credores	0	0
	24364,66	22003,55



O saldo de acréscimo de gastos corresponde à estimativa para férias, subsídio de férias e respetivos encargos, relativos a direitos adquiridos no ano de 2016, que a EMPDS Belmonte, EM, liquidará no ano de 2017 (22603,23 euros) e ainda à especialização de comunicação a liquidar (131,68 euros) e trabalhos especializados a liquidar (1629,75 euros).

17. VENDAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Esta rubrica tem a desagregação seguinte:

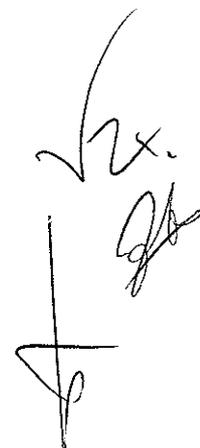
Descrição	31-12-2016	31-12-2015
Vendas – mercado nacional	53371,35	40955,26
Prestações de serviços – mercado nacional	153723,15	130183,19
Vendas e Prestações de serviços – mercado intracomunitário	0	0
Vendas e Prestações de serviços – outros mercados	0	0
	<u>207094,50</u>	<u>171138,45</u>

18. SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO

Esta rubrica tem a desagregação seguinte:

Descrição	31-12-2016	31-12-2015
Subsídios à exploração do Estado e outros entes públicos	<u>46120,52</u>	<u>39997,72</u>
	<u>46120,52</u>	<u>39997,72</u>

Foram imputados a rendimentos do exercício, o valor relativo ao contrato-programa com o Município de Belmonte para compensar a prática de preços sociais e isenções nos espaços museológicos, no valor de 35000,00 euros e 11120,52 euros do IEPF relativo à sua comparticipação na medida estágio emprego.



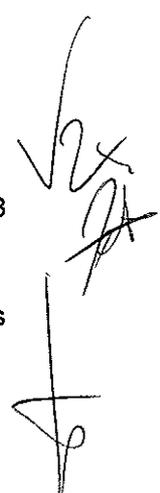
19. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Esta rubrica tem a desagregação seguinte:

Descrição	31-12-2016	31-12-2015
Subcontratos	0	4815,10
Trabalhos especializados	9056,33	7909,28
Publicidade e propaganda	276,61	253,07
Vigilância e segurança	0	0
Honorários	280,00	1905,00
Conservação e reparação	0	0
Outros serviços especializados	792,85	993,32
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	447,97	412,24
Livros e documentação técnica	0	0
Material de escritório	1302,59	587,32
Artigos para oferta	0	78,11
Outros materiais	2456,69	5005,48
Eletricidade	0	0
Combustíveis	250,00	407,10
Água	0	0
Outros fluídos	0	0
Deslocações e estadas	211,49	591,35
Transportes de mercadorias	0	45,76
Rendas e alugueres	4777,20	3785,64
Comunicação	5330,56	4989,63
Seguros	313,50	118,76
Contencioso e notariado	0	0
Despesas de representação	0	540,83
Limpeza, higiene e conforto	7,55	30,54
Outros serviços	1041,71	7082,50
	<u>26545,05</u>	<u>39551,03</u>

Os Fornecimentos e Serviços Externos (FSE) registaram um decréscimo de cerca de 33% (-13005,98 euros) relativamente ao ano anterior.

Os trabalhadores especializados (34,1%), a comunicação (20,1%), as rendas e alugueres (18%), os outros materiais (9,3%) e os outros serviços (3,9%) e representam cerca de 85,4% do total dos FSE.



20. GASTOS COM O PESSOAL

Esta rubrica tem a desagregação seguinte:

Descrição	31-12-2016	31-12-2015
Remunerações dos órgãos sociais	26836,47	26485,86
Remunerações do pessoal	118226,49	113135,09
Encargos sobre remunerações	31316,21	28152,67
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	1199,20	803,51
Outros gastos com o pessoal	0	0
	<u>177578,37</u>	<u>168577,13</u>

Os gastos com o pessoal aumentaram cerca de 5,3% face ao exercício anterior.

As remunerações dos órgãos sociais (conselho de administração) no período em análise ascenderam a 26836,47 euros, correspondentes às remunerações do Presidente do Conselho de Administração. A média de funcionários ao serviço da EMPDS Belmonte, EM, no ano de 2016, aumentou de 11 para 12.

21. OUTROS RENDIMENTOS

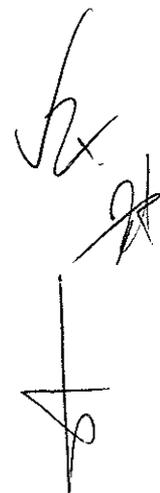
Esta rubrica tem a desagregação seguinte:

Descrição	31-12-2016	31-12-2015
Rendimentos suplementares	2439,00	2439,01
Ganhos em inventários	1232,30	0
Ganhos em investimentos não financeiros	0	0
Correções relativas a períodos anteriores	126,26	980,00
Imputação de subsídios para investimento	0	0
Outros não especificados	371,04	20,00
	<u>4168,60</u>	<u>3439,01</u>

22. OUTROS GASTOS

Esta rubrica tem a desagregação seguinte:

Descrição	31-12-2016	31-12-2015
Impostos	0	0,02
Outros gastos	5254,59	154,98
Outros gastos de financiamento	58,13	37,11
	<u>5312,72</u>	<u>192,11</u>



Os outros gastos respeitam a correções relativas a períodos anteriores no valor de 4886,28 euros, a Insuficiência de estimativa para imposto no valor de 339,87 euros, a multas não fiscais no valor de 28,44 euros, a juros de mora e compensatórios no valor de 54,98 euros e outros juros no valor de 3,15 euros.

23. GASTOS DE DEPRECIAÇÃO E DE AMORTIZAÇÃO

Esta rubrica tem a desagregação seguinte:

Descrição	31-12-2016	31-12-2015
Ativos fixos tangíveis	217,23	187,44
Ativos intangíveis	0	667,80
	<u>217,23</u>	<u>855,24</u>

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas estão em conformidade com o disposto no Decreto-Regulamentar n.º 25/2009, de 14 de Setembro.

24. JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES OBTIDOS

Esta rubrica tem a desagregação seguinte:

Descrição	31-12-2016	31-12-2015
Juros obtidos	7,15	9,17
Outros rendimentos similares	0	0
	<u>7,15</u>	<u>9,17</u>

Esta rubrica reflete os juros obtidos com as aplicações de tesouraria efetuadas pela entidade.

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de Dezembro de 2016 foram aprovadas pelo órgão de gestão e autorizadas para emissão em 31 de Março de 2017.

Belmonte, 31 de Março de 2017

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração

